Vitória (ES), quarta-feira, 11 de Junho de 2025.

Instrução Normativa Idaf nº 010, de 10 de junho de 2025

Estabelece diretrizes e procedimentos, no âmbito do Idaf, para infrações das áreas de saúde animal e inspeção de produtos de origem animal referentes à Lei Estadual nº 5.736/1998, à Lei Estadual nº 11.865/2023, ao Decreto Estadual nº 4.495-N/1999 e ao Decreto Estadual nº 5.866-R/2024.

O diretor-geral do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), no uso das atribuições que lhe confere o art. 48 do Regulamento do Idaf, aprovado pelo Decreto Estadual nº 910-R, de 31 de outubro de 2001, e suas alterações; e, tendo em vista o constante no processo e-Docs 2025-6HP5D;

Considerando a Lei Estadual nº 10.476, de 22 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a tipificação de penalidades, e institui e regulamenta procedimentos administrativos em autos de infração do Idaf; e

Considerando a necessidade de estabelecer metodologia objetiva e equitativa para dosimetria da penalidade de multa aplicada pelo Idaf em razão de infrações das áreas de saúde animal e inspeção de produtos de origem animal;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes e procedimentos, no âmbito do Idaf, para infrações das áreas de saúde animal e inspeção de produtos de origem animal referentes aos seguintes atos normativos: Lei Estadual nº 5.736, de 21 de setembro de 1998; Lei Estadual nº 11.865, de 18 de julho de 2023; Decreto Estadual nº 4.495-N, de 26 de julho de 1999; e Decreto Estadual nº 5.866-R, de 5 de novembro de 2024.

CAPÍTULO I DA ADVERTÊNCIA

Art. 2º A advertência somente será aplicada pela inobservância das disposições legais em caso de infração classificada como leve, sendo sua aplicação obrigatória e exclusiva ao infrator primário no desrespeito às normas descritas no art. 1º desta normativa.

§ 1º Considera-se infrator primário, para aplicação do disposto no *caput* deste artigo, a pessoa física ou jurídica que nunca tenha sido autuada por infração à legislação descrita no art. 1º desta normativa.

§ 2º Considera-se autuado, para aplicação do disposto no § 1º deste artigo, a pessoa física ou jurídica que tenha recebido a notificação do Instrumento Único de Fiscalização (IUF).

§ 3º O agente autuante deverá justificar no laudo de fiscalização os motivos para a aplicação da advertência, apresentando todos os elementos técnicos que foram considerados para a aplicação da penalidade.

§ 4º Na impossibilidade de consulta aos sistemas para comprovar a primariedade do autuado, a informação deverá ser inserida no laudo de fiscalização, sendo o autuado considerado primário.

CAPÍTULO II DA MULTA

Art. 3º O valor da multa aplicada pelo Idaf em razão do cometimento de infração das áreas de saúde animal e inspeção de produtos de origem animal será dado pela determinação de Valor-Base (VB), Valor-Base Quantificado (VBQ), Valor Arbitrado (VA) e Reincidência (RE), observados os valores mínimo e máximo estabelecidos na Lei Estadual nº 10.476/2015 ou outra norma que venha a substituí-la.

Art. 4º As infrações das áreas de saúde animal

e inspeção de produtos de origem animal serão classificadas conforme as tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas, observadas as disposições do art. 3º, § 1º, da Lei Estadual nº 10.476/2015.

Parágrafo único. Será classificada como gravíssima toda infração cometida que, comprovadamente, provocar iminente risco à vida humana, devendo o agente autuante descrever no laudo de fiscalização e juntar aos autos os elementos que caracterizaram o enquadramento.

Art. 5º O Valor-Base será estabelecido em Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE) por meio das tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas, considerando-se a classificação econômica do infrator.

Parágrafo único. As multas classificadas como gravíssima terão o seu Valor-Base multiplicado pelo fator 5.

Art. 6º A classificação econômica será dada pela natureza fiscal do infrator (pessoa física ou jurídica) e pelo nível econômico verificado por meio de documentos, cadastros e sistemas, conforme a seguir:

I - Classificação econômica para pessoa física:

a) Nível A: proprietário/possuidor de imóveis rurais com área total menor ou igual a 1 módulo fiscal ou renda mensal de até 2 salários-mínimos;

b) Nível B: proprietário/possuidor de imóveis rurais com área total maior que 1 e menor ou igual a 2 módulos fiscais ou renda mensal maior que 2 e menor ou igual a 4 salários-mínimos, bem como aqueles não enquadrados nos demais níveis;

c) Nível C: proprietário/possuidor de imóveis rurais com área total maior que 2 e menor ou igual a 4 módulos fiscais, renda mensal maior que 4 e menor ou igual a 10 salários-mínimos ou proprietário/sócio de microempresa (ME);

d) Nível D: proprietário/possuidor de imóveis rurais com área total maior que 4 e menor ou igual a 15 módulos fiscais, renda mensal maior que 10 e menor ou igual a 20 salários-mínimos ou proprietário/sócio de empresa de pequeno porte (EPP); ou

e) Nível E: proprietário/possuidor de imóveis rurais com área total maior que 15 módulos fiscais, renda mensal maior que 20 salários-mínimos ou proprietário/sócio de empresa de médio/grande porte.

II - Classificação econômica para pessoa jurídica:

a) Nível A: microempreendedor individual (MEI);

b) Nível B: associações sem fins lucrativos, fundações, organizações não governamentais, sindicatos, entidades religiosas e microempresas (ME);

c) Nível C: empresas de pequeno porte (EPP);

d) Nível D: poder público; ou

e) Nível E: empresas de economia mista e demais pessoas jurídicas.

Parágrafo único. Para enquadramento da classificação econômica de pessoa física, o agente autuante utilizará dos meios a que tiver acesso, classificando pelo maior nível de enquadramento cabível; ou, não sendo possível identificar a classificação econômica, o enquadramento do autuado deverá ser no nível B.

Art. 7º O Valor-Base Quantificado será dado pela multiplicação do fator de quantificação da tabela 5 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas pelo quantitativo do objeto da infração.

§ 1º A quantificação será dada pela aferição do peso ou das unidades do objeto da infração, utilizando sempre números inteiros, arredondados para cima, quando for aplicável.

§ 2º O Valor-Base Quantificado das infrações aferidas pelo peso será dado pela respectiva quantidade apurada da infração, em quilogramas, multiplicada pelo fator de quantificação da tabela 5 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas.

§ 3º O Valor-Base Quantificado das infrações aferidas pela unidade do objeto da infração será dado pela respectiva quantidade apurada da infração - em unidade - multiplicada pelo fator de quantificação da tabela 5 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas.

§ 4º Quando se tratar de unidade animal, deverão ser considerados os quantitativos referentes a cada espécie, especificados na tabela 6 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas.

§ 5º Quando não for possível aferir o peso ou a quantidade do objeto da infração com precisão, poderá ser utilizado valor aproximado, baseado nas informações que o agente autuante tiver a sua disposição, devendo descrever os critérios utilizados no laudo de fiscalização e juntar aos autos os elementos comprobatórios disponíveis.

Art. 8º O Valor-Base Quantificado das infrações que não dispuserem de elemento de quantificação associado à infração será o próprio Valor-Base estabelecido nas tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas.

Art. 9º Definido o Valor-Base Quantificado, serão aplicados sobre ele os agravantes e atenuantes previstos nesta norma, determinando-se o Valor Arbitrado da multa.

Parágrafo único. Para o cálculo do Valor Arbitrado da multa, os percentuais referentes à soma das circunstâncias atenuantes deverão ser subtraídos dos percentuais referentes à soma das circunstâncias agravantes, gerando o percentual final a ser acrescido ou decrescido do Valor-Base Quantificado.

Art. 10. As circunstâncias agravantes serão aplicadas, isolada ou cumulativamente, quando não constituírem a própria infração cometida, acrescentando-se ao valor da multa os seguintes percentuais do Valor Principal:

I - apresentar grau de escolaridade em nível técnico ou superior: 10%;

II - declarar dados falsos à fiscalização: 20%;

III - usar de ardil, simulação ou artifício visando encobrir a infração, embaraçar ou impedir a ação fiscalizatória: 20%;

IV - oferecer ou prometer vantagem indevida ao agente autuante para que se abstenha, omita ou retarde ato de ofício ou infrinja dever funcional: 20%;

V - abusar do direito de licença, permissão ou autorização: 10%;

VI - cometer infração em fins de semana, feriados ou à noite: 10%;

VII - cometer infração com finalidade de obter vantagem pecuniária: 10%;

VIII - desacatar o servidor público no exercício da sua função: 20%; e

IX - desrespeitar interdição, apreensão, embargo ou suspensão: 50%.

Art. 11. As circunstâncias atenuantes decrescerão ao valor da multa, de forma isolada ou cumulativa,

os seguintes percentuais do Valor Principal:

I - apresentar baixo grau de instrução ou escolaridade (ensino fundamental incompleto): 10%;

II - ser primário em infração relacionada à legislação descrita no art. 1º desta normativa: 10%;

III - colaborar com a fiscalização explicitada pelo não oferecimento de resistência, livre acesso a dependências, instalações e locais de ocorrência da possível infração e pronta apresentação de informações e documentos solicitados: 10%;

IV - reparar ou conter espontaneamente o dano antes do conhecimento pelo Idaf da conduta infracional: 10%; e

V - comunicar ao Idaf, previamente ao conhecimento do órgão, a conduta infracional: 30%.

Parágrafo único. A alegação do autuado de desconhecimento da legislação não é uma circunstância atenuante e não deverá ser considerada para o arbitramento do valor da multa.

Art. 12. A reincidência (RE) é configurada pela prática da mesma infração no período de três anos, contados da ciência do instrumento único de fiscalização (IUF) anterior pelo autuado, e implicará acréscimo de 20% do Valor Arbitrado, constituindo-se o último quesito de valoração da multa.

§ 1º Para fins de reincidência será considerada a infração transitada em julgado, ou seja, julgada e confirmada em primeira instância administrativa ou superior, ou então nas infrações que não tenha sido apresentada defesa administrativa em primeira instância dentro do prazo estabelecido na Lei Estadual nº 10.476/2015.

§ 2º Considera-se mesma infração, para efeitos do *caput* deste artigo, a infração cuja descrição e enquadramento sejam os mesmos do disposto nas tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas.

§ 3º Nos casos de lavratura de IUF, em fiscalizações à campo, onde não seja possível a consulta aos sistemas para comprovar a reincidência do autuado, fica dispensada a aplicação da reincidência.

Art. 13. Os elementos considerados na composição do valor da multa, a demonstração do cálculo realizado, bem como as justificativas, deverão obrigatoriamente constar no laudo de fiscalização.

Art. 14. Quando demonstrada e, assim, comprovada na defesa a majoração equivocada no valor da multa aplicada, a Junta de Impugnação Administrativa em Primeira Instância (Jiapi) ou o Colegiado Recursal do Idaf acolherá o argumento e ajustará a multa ao correto valor definido pelos critérios desta Instrução Normativa, sem prejuízo à continuidade do processo.

CAPÍTULO III

DA INTERDIÇÃO E SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES E AUTORIZAÇÕES

Art. 15. A aplicação ou o levantamento da penalidade de interdição ou suspensão das atividades e autorizações de pessoas físicas e jurídicas serão realizados por meio de instrumento único de fiscalização.

Parágrafo único. O IUF do levantamento da interdição ou suspensão deverá ser anexado ao mesmo processo referente à penalidade, visando completar o procedimento de fiscalização.

Art. 16. A penalidade de interdição ou suspensão das atividades e autorizações será aplicada aos empreendimentos rurais ou urbanos, de pessoas físicas ou jurídicas, que infringirem o disposto nas normas de que trata o art. 1º desta normativa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

Art. 17. São vedadas na área objeto da interdição ou

Vitória (ES), quarta-feira, 11 de Junho de 2025.

suspensão as atividades indicadas no IUF, excetuadas aquelas que vierem a ser autorizadas pelo Idaf.

Parágrafo único. O descumprimento da interdição ou suspensão das atividades acarretará ao infrator a aplicação de novas penalidades.

CAPÍTULO IV

DA APREENSÃO DE BENS E PRODUTOS

Art. 18. A apreensão de bens e produtos deverá ser realizada por meio de instrumento único de fiscalização, devendo ser lavrado no momento da fiscalização.

Parágrafo único. Caso não seja possível a aplicação da penalidade de multa no momento da fiscalização, ela poderá ser feita posteriormente, por meio de outro IUF, devendo os dois documentos compor o processo de fiscalização.

Art. 19. No IUF e no laudo de fiscalização os bens e produtos apreendidos deverão ser quantificados e identificados quanto a sua natureza, valor aproximado e suas características intrínsecas.

Art. 20. Os bens e produtos apreendidos deverão ser destinados à destruição, quando esta penalidade estiver estabelecida em atos normativos específicos.

§ 1º Na impossibilidade da destruição, por motivos técnicos ou operacionais, os bens ou produtos poderão, conforme a situação encontrada, ser deixados sob a guarda do infrator, com a designação no IUF de depositário dos bens, ou então deve ser realizado o rechaço da carga, quando a infração for constatada em trânsito.

§ 2º Sendo os bens ou produtos destinados ao rechaço, a penalidade de multa deverá ser aplicada no maior valor resultante da comparação entre o cálculo definido nesta Instrução Normativa e o próprio valor declarado dos bens na nota fiscal, caso exista.

Art. 21. Constatado o desrespeito à apreensão de bens e produtos, a penalidade de multa deverá ser aplicada no maior valor resultante da comparação entre o cálculo definido nesta Instrução Normativa e o próprio valor declarado dos bens no IUF da apreensão.

CAPÍTULO V

DA CONDENAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE BENS E PRODUTOS

Art. 22. A penalidade de condenação e destruição de bens e produtos será aplicada nos casos previstos em atos normativos específicos.

Parágrafo único. Caberá ao autuado a responsabilização pelo custo das despesas decorrentes da execução da condenação e destruição dos bens e produtos.

CAPÍTULO VI

DO LAUDO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 23. O laudo de fiscalização deverá ser estruturado e fundamentado na legislação pertinente, com descrição detalhada dos fatos, dos propósitos da fiscalização, dos nomes dos envolvidos, dos documentos apresentados, das análises realizadas, das inconformidades verificadas, das normativas legais infringidas e de demais elementos que confirmam maior transparência, conformidade legal e efetividade às ações.

Art. 24. No laudo de fiscalização deverão ser anexadas fotos e outros documentos relevantes que comprovem os fatos ocorridos, sempre que possível.

Art. 25. A descrição do laudo deve ser baseada em critérios técnicos e legais, evitando a subjetividade, garantindo uma descrição clara, neutra e objetiva, focada exclusivamente no interesse público, e não em interesses pessoais.

Art. 26. O laudo de fiscalização deverá ser entregue ao autuado junto com o IUF, sempre que possível.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. No caso de descumprimento ou violação de interdição, apreensão ou destruição de bens e produtos, assim que lavrado o IUF, o Idaf deverá comunicar ao Ministério Público Estadual para que seja apurada eventual ação judicial para efetivação da medida administrativa.

Art. 28. Quando o ato infracional englobar diferentes tipos de infração deverão ser lavrados IUFs distintos.

Art. 29. Nos termos da Lei Estadual nº 10.476/2015, a multa mínima a ser aplicada para qualquer infração será de 170 (cento e setenta) VRTEs; e a máxima, de 17.000.000 (dezesete milhões) de VRTEs.

Parágrafo único. As tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas estarão disponíveis no site do Idaf.

Art. 30. No caso da identificação de vício ou erro no preenchimento do IUF, a Jiapi da Gerência de Defesa Sanitária e Inspeção Animal (Gedsia) do Idaf poderá convalidar a infração, caso o problema seja sanável, ou então, quando o vício for insanável, anular o IUF, de ofício, determinando, quando for o caso, a lavratura de novo IUF pelo fiscal autuante.

§ 1º No caso da convalidação, o autuado será notificado sobre a alteração aplicada ao IUF e terá o prazo de 30 dias consecutivos, contados a partir do dia posterior a notificação, para apresentar defesa administrativa.

§ 2º A identificação de vício ou erro no preenchimento do IUF, independentemente de apresentação de defesa administrativa, poderá ser realizada por qualquer servidor do Idaf, com remessa do processo e indicação do erro encontrado para ciência, análise e deliberação da Jiapi/Gedsia.

Art. 31. Os enquadramentos legais previstos nas tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas poderão ser complementados com demais atos normativos, no âmbito estadual e federal, visando melhorar o embasamento para a aplicação da penalidade.

Art. 32. No caso de infrações não previstas nas tabelas 1, 2, 3 e 4 das tabelas subsidiárias de classificação das infrações e valores das multas, a Gedsia deverá ser consultada para análise do caso e definição da dosimetria da infração.

Parágrafo único. A formalização da consulta deverá ser realizada por e-mail ou e-Docs, e a resposta enviada deverá ser juntada ao processo de fiscalização para comprovação, bem como descrita no laudo de fiscalização.

Art. 33. Esta Instrução Normativa deverá ser aplicada em detrimento do Capítulo II da Instrução Normativa Idaf nº 008, de 13 de setembro de 2016, na dosimetria da penalidade de multa para infrações das áreas de saúde animal e inspeção de produtos de origem animal.

Art. 34. Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 1º de julho de 2025, revogando as tabelas intituladas "Tabela I - Classificação e dosimetria das infrações referentes ao Decreto Estadual nº 3.999-N, de 24 de junho de 1996" e "Tabela II - Classificação e dosimetria das infrações, referente ao Decreto Estadual nº 4.495-N/1999", do Anexo Único, da Instrução Normativa Idaf nº 008/2016.

Vitória/ES, 10 de junho de 2025.

LEONARDO CUNHA MONTEIRO

Diretor-geral/Idaf

Protocolo 1569562